

# CTFC pode votar mudanças na cobrança de diárias de hotel

RICARDO FERREIRA/AGÊNCIA SENADO



> Projeto determina que diária deve ter valor proporcional ao período de permanência do hóspede

Quando recomecem os trabalhos na Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), em fevereiro, os senadores já terão seis matérias prontas para votação. Uma delas é o PL 2.645/2019, que estabelece que a cobrança de diárias em serviços de hospedagem deve ser calculada de forma proporcional ao tempo em que os hóspedes permanecem, de fato, na acomodação.

O autor, senador Ciro Nogueira (PP-Pi), justifica a medida com base na discrepância entre o que consta na lei e o que acontece na prática. Enquanto a legislação define diária como o preço correspondente à utilização de um serviço de hospedagem pelo período de 24 horas, os hotéis e pousadas fixam horários próprios para entrada (check-in) e saída (check-out), mas continuam cobrando o valor cheio.

Diante desse cenário, o senador propôs que a diária inaugural não poderá ter duração inferior a 22 horas, sob pena de redução do preço cobrado. Além disso, se essa primeira diária não começar no horário contratado, o cliente terá direito ao desconto proporcional do valor.

O projeto já foi aprovado pela CTFC em novembro, mas como o texto acatado é um substitutivo (texto alternativo ao projeto original), precisa passar por turno suplementar de votação no colegiado, que tem decisão final sobre a matéria. O relator é o senador Dr. Hiran (PP-RR).

**ALTERAÇÕES** - O PL 2.645/2019 chegou à CTFC após deliberação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR),

onde foi aprovado com mudanças, na forma de substitutivo, em 2023.

A proposta original alterava a Lei do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990). Porém, Dr. Hiran (que também relatou o texto na CDR) considerou mais apropriado que a mudança fosse feita na Lei Geral do Turismo (Lei 11.771, de 2008). Ele também estabeleceu que o contrato de hospedagem deve prever a proporcionalidade dos valores e a possibilidade de diferentes horários de check-in e check-out.

Já o texto acatado na CTFC em novembro de 2025, além de adotar as mudanças feitas pela CDR,

substituiu os termos estrangeiros check-in e check-out por "entrada" e "saída".

Após essa primeira aprovação na CTFC, o senador Efraim Filho (União-PB) apresentou uma emenda que foi parcialmente acolhida pelo relator. A emenda muda a duração mínima da diária de 22 para 21 horas. Isso porque, segundo a justificativa de Efraim, existe um ato do Ministério do Turismo (Portaria 28, de 16 de setembro de 2025) que limita o tempo de preparo de uma acomodação a três horas.

Dr. Hiran acatou mais um trecho da emenda para tornar claro

que o direito do cliente ao desconto em uma diária vale nos casos em que a culpa do atraso na entrada é exclusiva da hospedagem (e não de terceiros, como companhias aéreas).

A matéria constou duas vezes na pauta da CTFC em dezembro do ano passado para votação no turno suplementar, mas acabou não sendo apreciada. Como tramita de forma conclusiva na comissão, se for novamente aprovada e não houver recurso para votação em Plenário, a proposta será remetida diretamente à Câmara dos Deputados.

**OUTROS PROJETOS** - Outra

matéria pronta para votação é uma proposta de fiscalização e controle no âmbito dos Correios. A PFS 2/2025, de autoria da senadora Damares Alves (Republicanos-DF), foi relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e recebeu parecer favorável. A fiscalização ficaria a cargo da CTFC, com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU).

A proposta tem como base denúncias recentes, divulgadas pela imprensa, de má gestão dos Correios. Um dos principais motivos para o pedido de investigação é o déficit acumulado em 2024, estimado em R\$ 2,6 bilhões, de acordo

com o balanço oficial. Segundo justificativa da autora, essas irregularidades colocam em risco a sustentabilidade da estatal e comprometem a confiança da população nas instituições públicas.

Também estão na fila para deliberação da CTFC os seguintes projetos de lei:

- PL 5.012/2020, que pretende alterar a Lei 9.986, de 2000, para estabelecer uma subdivisão mais detalhada das hipóteses de perda de mandato em agências reguladoras. Autor: senador Humberto Costa (PT-PE). Relator: senador Beto Faro (PT-PA);

- PL 4.501/2020, que busca promover a alimentação saudável em unidades escolares de ensino infantil e fundamental, tanto da rede pública como da rede privada. Autor: senador Jaques Wagner (PT-BA). Relatora: senadora Mara Gabrilli (PSD-SP);

- PL 6.547/2019, que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) para garantir atendimento aos usuários via internet. Autora: ex-senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Relatora: senadora Damares Alves (Republicanos-DF);

- PL 181/2020, que inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990) a determinação de que os estabelecimentos de atendimento à saúde afixem uma relação atualizada dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados. Autoria: Câmara dos Deputados. Relator: senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

Da Agência Senado  
BRASÍLIA

## Cigarro eletrônico e passe livre estão entre 100 projetos prontos para votação na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem 100 propostas prontas para votação a partir de fevereiro. Regras para o preço do petróleo, garantia de passe livre no transporte público para estudantes de todo o país e regulamentação do uso do cigarro eletrônico são alguns temas que poderão ser colocados em pauta. A decisão cabe ao presidente do colegiado, senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Entre as propostas aguardando análise está o PL 3.971/2021, que define critérios para os reajustes e as revisões de preços dos derivados básicos de petróleo e gás natural, praticados pelas unidades produtoras ou de processamento, e para a alíquota do Imposto de Exportação de petróleo bruto, gás natural e derivados.

De acordo com o texto, os preços máximos dos derivados de petróleo e gás natural no Brasil serão definidos pelo Poder Executivo levando em conta a proporção da produção importada e da produção nacional, permitindo a adoção do critério de preços de paridade de importação (PPI) somente para a parcela importada, e não para toda a produção nacional. A medida também fixa intervalo de pelo menos 30 dias para que haja revisão de preços em razão da variação de custos de produção.

O autor da matéria é o senador Paulo Paim (PT-RS) e o relator é o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR). Depois de votado na CAE, o projeto vai

à Comissão de Infraestrutura (CI), à qual caberá a decisão final.

Outra proposta com foco nos preços dos combustíveis derivados de petróleo é o PL 3.450/2021, de autoria do senador Jader Barbalho (MDB-PA) e com relatoria de Mecias de Jesus. A ideia de Jader é proibir a vinculação dos preços dos combustíveis aos preços das cotações do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional.

Para o senador, o uso pela Petrobras do valor do barril de petróleo em dólar para reajustar a gasolina nacional é prejudicial ao país. "Ou seja, quando o dólar está alto, o preço do barril de petróleo também sobe, impactando diretamente no preço do combustível brasileiro", argumenta Jader.

**EDUCAÇÃO** - A garantia de transporte rodoviário urbano ou semiurbano gratuito para os estudantes de todo o Brasil se deslocarem de casa até a escola é o objetivo do PL 1.706/2019, apresentado pelo senador Izalci Lucas (PL-DF). De acordo com a proposta, relatada pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC), a despesa será custeada pelos estados mediante subsídio integral da tarifa no sistema estadual, municipal e distrital de transporte. Se for aprovada na CAE e não houver recurso para análise em Plenário, a proposição seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Também tem foco nos estudantes o PL 3.652/2023, do senador Cleitinho

(Republicanos-MG). A proposta, relatada pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF), trata do perdão a dívidas relacionadas ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) para devedores com atrasos até o momento da eventual publicação da lei.

Segundo Cleitinho, a proposta tem como objetivo ajudar os profissionais inadimplentes do programa para que não sejam incluídos na dívida ativa da União, o que dificultaria ainda mais o acesso ao trabalho.

"Se esses cidadãos não encontram oportunidade para ingressar no mercado, não há como honrar com os pagamentos das parcelas. Diante dos fatos, fica evidente que apenas postergar essa dívida não é uma solução satisfatória", justifica.

**CIGARRO ELETRÔNICO** - Também está pronto para votação na CAE projeto de lei que regulamenta a produção e a comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil. De iniciativa da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), o PL 5.008/2023 tem como relator o senador Eduardo Gomes (PL-TO).

Na visão da senadora, o Senado precisa se posicionar sobre o tema, tendo em vista o aumento expressivo da comercialização e consumo dos cigarros eletrônicos, apesar da proibição. Depois da CAE, o projeto ainda será analisado pelas Comissões de Fiscalização e Controle e defesa do Consumidor (CTFC) e de Assuntos Sociais (CAS).

Outro projeto que aguarda apreciação dos parlamentares na CAE é o PL 682/2019, que cria benefícios fiscais no Imposto de Renda de contribuintes que tenham dependentes com doenças raras. A proposta é relatada pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG). O autor, senador Flávio Ams (PSB-PR), argumenta que a medida não gera impacto aos cofres públicos, "justamente porque são poucos os pacientes com essas enfermidades".

Também de autoria de Flávio Ams, o PL 1.497/2023 estende por dois anos, após a morte de pessoa com deficiência, a concessão do benefício de prestação continuada (BPC) à família. A matéria é relatada na CAE pelo senador Cid Gomes (PSB-CE). A decisão final sobre o assunto será da CAS, para onde o pro-

jeto irá em seguida.

**CUIDADORES** - A regulamentação da profissão de cuidador pode voltar à discussão na CAE. Isso porque o PL 5.178/2020 já havia sido aprovado pela comissão em dezembro de 2024 e seguiria então para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Porém, no retorno dos trabalhos legislativos de 2025, o Plenário do Senado decidiu juntar a proposição ao PL 76/2020, que cria e regulamenta as profissões de cuidador de pessoa idosa, cuidador infantil, cuidador de pessoa com deficiência e cuidador de pessoa com doença rara. O texto é de autoria do senador Chico Rodrigues (PSB-RR). A relatora das duas matérias, que serão analisadas agora em conjunto, é a senadora Augusta Brito (PT-CE).

Já o senador Fabiano Contarato (PT-ES) é o autor de proposta que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar aos condutores profissionais o direito de ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador. O PL 1.075/2022 está sob a relatoria do senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). O Código de Trânsito Brasileiro exige que motoristas profissionais passem por exame para detectar substâncias psicoativas que comprometam a capacidade de direção. O teste também é exigido para a obtenção e renovação da carteira de habilitação.

Outra proposta na fila de análise da CAE é o PRS 34/2021. O texto impõe que as operações de crédito externo para o financiamento de governos estrangeiros ou de projetos de infraestrutura nos quais a União seja credora sejam submetidas à autorização prévia do Senado Federal. De autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), o projeto tem relatoria do senador Orlindo Guimarães (Podemos-PR).

A lista de pautas prontas para votação pela CAE tem 86 projetos de lei (PLs), 11 projetos de lei complementar (PLPs), dois projetos de resolução do Senado (PRS) e um projeto de decreto legislativo (PDL). As reuniões da CAE ocorrem semanalmente às terças-feiras, às 10h.

Da Agência Senado  
BRASÍLIA

	<b>Município de Pato Bragado</b> Estado do Paraná
RESUMO DE ATOS OFICIAIS (ÍNTegra PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO, ENDEREÇO: WWW.PATOBRA.GOV.BR).	
<b>PORTARIA N.º 026, DE 21 DE JANEIRO DE 2026.</b> SÍNtULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor público municipal ocupante de Cargo de Provimento em Comissão.	
<b>PORTARIA N.º 029, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</b> SÍNtULA: Dispõe sobre a concessão suplementar de diárias.	
<b>HOMOLOGAÇÃO//PREGÃO ELETRÔNICO RP N.º 087/2025//PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2025</b> <b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços mensais integrados de videomonitoramento urbano e educacional, incluindo o fornecimento, instalação, operação, manutenção e suporte técnico de câmeras e de todos os equipamentos e sistemas necessários ao funcionamento ininterrupto da solução, conforme quantidades e condições mínimas relacionadas no Termo de Referência anexo ao Edital. <b>EMPRESA VENCEDORA:</b> ARRIS & FRANCA LTDA VALOR GLOBAL: R\$ 1.779.999,60 (um milhão e setecentos e setenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos) LOTES: 01, 02 e 03.	

<b>MUNICÍPIO DE PALOTINA</b>
<b>TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO</b> O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve: 01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação neste termo: a) Licitação Nº: 54/2025. b) Modalidade: Pregão. c) Data da Homologação e Adjucação: 21/01/2026. d) Objeto Homologado e Adjudicado: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES A SEREM UTILIZADOS PELA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÉUTICO (CAF), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação): Fornecedor 01: ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ/CPF: 56.393.363/0001-99. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 23.000,00. Fornecedor 02: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ/CPF: 00.802.002/0001-02. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 43.065,10. Fornecedor 03: ANGULAR PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. CNPJ/CPF: 24.118.004/0001-37. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 38.755,00. Fornecedor 04: BERNINI E ROCHA LTDA. CNPJ/CPF: 04.783.677/0001-02. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 1.556,10. Fornecedor 05: CIRURGICA ITAMBE EIRELI ME. CNPJ/CPF: 26.847.096/0001-11. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 36.120,70. Fornecedor 06: CIRURGICA NOSSA SENHORA - EPP. CNPJ/CPF: 24.586.988/0001-80. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 29.946,50. Fornecedor 07: CIRURGICA OESTE LTDA. CNPJ/CPF: 52.141.816/0001-39. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 101.482,00. Fornecedor 08: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - LTDA. CNPJ/CPF: 23.228.076/0001-74. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 8.567,00. Fornecedor 09: CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 41.550.166/0001-69. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 22.215,40. Fornecedor 10: DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ/CPF: 56.081.482/0001-06. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 28.932,00. Fornecedor 11: ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ/CPF: 85.477.586/0001-32. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 5.808,50. Fornecedor 12: J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME. CNPJ/CPF: 32.282.308/0001-63. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 17.700,00. Fornecedor 13: KIENTRO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 19.717.870/0001-04. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 13.983,05. Fornecedor 14: L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 49.875.336/0001-97. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 5.650,50. Fornecedor 15: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP. CNPJ/CPF: 11.145.401/0001-56. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 34.168,45. Fornecedor 16: LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 34.223.536/0001-98. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 2.891,00. Fornecedor 17: MEDLIFE DISPOSITIVOS MEDICOS LTDA. CNPJ/CPF: 51.190.230/0001-00. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 00,00. Fornecedor 18: MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - EPP. CNPJ/CPF: 34.064.557/0001-08. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 34.949,90. Fornecedor 19: MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 57.394.275/0001-74. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 21.690,14. Fornecedor 20: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ/CPF: 83.157.032/0001-22. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 23.360,00. Fornecedor 21: PMI BRASIL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. CNPJ/CPF: 41.932.099/0001-47. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 1.983,60. Fornecedor 22: RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. CNPJ/CPF: 22.654.814/0001-82. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 9.178,90. Fornecedor 23: SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 00.656.468/0001-39. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 57.540,35. Fornecedor 24: SOS DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. CNPJ/CPF: 28.289.799/0001-05. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 13.012,50. Fornecedor 25: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. CNPJ/CPF: 51.740.794/0001-60. Valor Total Homologado e Adjudicado - R\$ 11.051,05. Palotina, 21 de janeiro de 2026. O DOCUMENTO NA ÍNTegra SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.

	<b>MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE</b> Estado do Paraná
<b>TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2025</b> <b>CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2025</b> <b>Processo Administrativo Nº 202/2025</b> Ratifico por este termo, a inexigibilidade de licitação para chamamento de interessados para credenciamento, a fim de contratação paralela e não excludente de empresa e/ou corretores autônomos para a prestação de serviços na realização de avaliação de imóveis para locação, compra e venda, no âmbito do município de Entre Rios do Oeste, em favor das seguintes empresas: Como previsto nos termos do artigo 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2023 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que compõe a Chamada Pública nº 07/2025 e Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 77/2025. Resultado como REVOGADO o item 125. Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, em 21 de janeiro de 2025.	
<b>TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO</b> <b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 - PROCESSO Nº 191/2025</b> <b>SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b> O Município de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, torna o público que: Considerando o resultado do julgamento do processo licitatório, fica homologado o procedimento em epígrafe e a adjudicação dos itens as empresas abaixo relacionadas, para a plena consecução do presente neste certame, por ter sido realizado em conformidade com a legislação pertinente e com os princípios que regem a Administração Pública. Resultado como DESERTO os itens 14, 16, 35, 41, 42, 50, 60, 61, 66, 87, 89, 93, 103, 104 e 140. Resultado como FRACASSADO os itens 4, 15, 37, 38, 39, 40, 48, 49, 55, 64, 69, 73, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 96, 107, 114, 116, 123, 128, 132, 135, 141, 149 e 151. Resultado como REVOGADO o item 125. <b>VALOR TOTAL HOMOLOGADO:</b> R\$ 97.596,82 <b>REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.</b> Entre Rios do Oeste/PR, em 21 de janeiro de 2026.	
<b>ROBSON DE OLIVEIRA LERMIN</b> Prefeito em exercício *Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico no site: www.entreriosdooeste.pr.gov.br	

<

CÂMARA MUNICIPAL			Pág	2	/	2
Contas						
DA DESPESA COM PESSOAL						
solidado						
slativo						
de 2025 / Semestre Julho-Dezembro						
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA				
	57.829.044,07	-				
	841.500,00	-				
	508.179,70	-				
120/22)	0,00	-				
	56.479.364,37	-				
	1.335.527,64					2,36
	3.388.761,86					6,00
	3.219.323,77					5,70
	3.049.885,67					5,40

Amato Lins e Renner - Fretado Municipal

**EXTRATO DA ANÁLISE DE PEDIDO DE ESCRARECIMENTO**

REF. EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2025

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 906/2025**

**SOLICITANTE:** CONSTRUTORA LATIA LTDA

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 (Vinte) UNIDADES HABITACIONAIS, NO LOTEAMENTO TUIUTI LINA VISTA ALEGRE - MISSAL/PR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC), EXPO MINHA CASA MINHA VIDA SUB-50 RELATO QUE A ÍNTEGRA DA RESPOSTA SE ENCONTRA NO LINK: <https://publicacoes.compras.mpb.rn.gov.br/licitacoes>, ARQUIVOS DO PROCESSO NO SITE: <https://jbrll.compras.com> E NO PORTAL DE TRANSPARENCIA DO LINK: <https://transparencia.missal.pr.gov.br/licitacoes>.

Missal/PR, 21 de Janeiro de 2026.

**Fábio André Walker – Pregeiro - Portaria nº 730 de 1º de outubro de 2025.**

**EXTRATO DA ANÁLISE DE PEDIDO DE ESCRARECIMENTO**

**REF. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 895/2025**

**SOLICITANTE:** MONTEBELER EQUIPAMENTOS LTDA

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE MISSAL. RELATO QUE A ÍNTEGRA DA RESPOSTA SE ENCONTRA NO LINK: <https://publicacoes.compras.mpb.rn.gov.br/licitacoes>, ARQUIVOS DO PROCESSO NO SITE: <https://jbrll.compras.com> E NO PORTAL DE TRANSPARENCIA DO LINK: <https://transparencia.missal.pr.gov.br/licitacoes>.

Missal/PR, 21 de Janeiro de 2026.

**Fábio André Walker – Pregeiro - Portaria nº 730 de 1º de outubro de 2025.**

**RERRATIFICAÇÃO**

Referente à publicação do TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025, publicado no Diário Oficial do Município de Missal, Página 56, em 30 de Dezembro de 2025, Edição nº 3726, em An. XV, e no "Jornal do Estado", Publicações Legais, Edição 11 de Janeiro de 2026, Página 01, no dia 31 de Dezembro de 2025, onde se lê "LOTE 06,042", leia-se "LOTE 06", ficando o restante ratificado.

Missal/PR, 21 de Janeiro de 2026.

**Bruna Vitória Schmidt - CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Portaria nº 042 de 20 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO ADITIVO Nº903**

**AUMENTO DE METAFISICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº475/2024**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº08/2024**

**MUNICÍPIO DE MISSAL.**

CATERVEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 00.778.049/0001-70 REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MÁQUINAS PESADAS ROLOTEIRAS QUE CONFORMEM O QUE VENHAM A COMPRAR A PARTIR DO PREÇO OFICIAL DO MUNICÍPIO. PODENDO INCLUIR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA, MECÂNICA E DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO, TENDO COMO REFERÊNCIA DE VALORES MÁXIMOS OS PREÇOS DO SUPLENTE DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E/OU MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

CLAUSULA TERCEIRA – DO AUMENTO DE VALOR.

ATRAS DO PRESENTE TERMO ADITIVO, AS PARTES RESOLVERAM PROMOVER O AUMENTO DE 25% METAFISICA DA ATA, SENDO DO LOTE 08 (CONSERVATOS E REPAROS MECÂNICOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO DO RULO COMPACTADOR BOMW B212 (FROTA Nº 123) TOTALIZANDO EM VALOR ADICIONAL DE R\$35.000,00 (TRINZE MIL REAIS, EM ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO PELO MEMORANDO Nº48/2025 SOUT. E PARER JURÍDICO EM ANEXO).

21 DE JANEIRO DE 2026

**EXTRATO DO ADITIVO Nº901**

**ADITIVO DE REVISÃO DE PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2025**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**


**PREGÃO ELETRÔNICO Nº13/2024**

**MUNICÍPIO DE MISSAL.**

CURAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 04.156.166/0001-69

REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA O SETOR DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ATRAVÉS DO PRESENTE TERMO ADITIVO, AS PARTES RESOLVERAM AMIGAVELMENTE PROMOVER A REVISÃO DE PREÇOS DA ATA EM EPISÓDIOS DE 10% REFERENTE AO LOTE 08 (ITEM 01 CATADERE DE CREPE, 10 CM X 15 M CONFECCIONADA EM TECIDO DE CREPOM 100% ALGODÃO, DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM² PASSANDO DO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 5,50 CINCO REAIS PARA O VALOR ATUALIZADO DE R\$ 5,90 CINCO REAIS E NOVE CENTAVOS, ANEXO CONFORME REQUERIMENTO DA EMPRESA, MEMORANDO Nº76/2025 SMS E PARER JURÍDICO EM ANEXO.

26 DE JANEIRO DE 2026



**OURO VERDE DO OESTE CAMARA MUNICIPAL**  
Prestação de Contas

Pág 1 / 1

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro

---

RGF - ANEXO 6 (LRF, Art.48)		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 2º SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada		0,00

---

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	0,00	0,00
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,00	0,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,00	0,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00

---

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM (Emitido pela versão do Sistema), Unidade Responsável: OURO VERDE DO OESTE CAMARA MUNICIPAL. Emissão: 21/01/2026, às 10:17:23.

NOTA: